

**Reagir como ferramenta de luta:
“Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto” no Instagram**

***Reacting as a Tool for Struggle:
"Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto" on Instagram***

Verbena Córdula ALMEIDA¹
Pedro Afonso Caires e SILVA²

Resumo

A violência policial no Brasil é uma continuidade histórica da repressão colonial escravocrata, utilizada para manter a ordem social e proteger as elites, reprimindo principalmente a população negra. Esse padrão se perpetuou desde o período colonial, passando pelo Império, a República e a ditadura civil-militar, consolidando um ciclo de abusos e exclusão. O artigo analisa a atuação do movimento "Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto", que combate essas violências por meio do Instagram, documentando abusos, organizando ações de resistência e denunciando a repressão a organismos internacionais. Utilizando a Análise do Discurso (AD) de tradição francesa, o estudo investiga dois posts publicados pelo movimento em 7 de março de 2023 e 17 de julho de 2023, focando no "sujeito discursivo" e no "não-dito". Antes da análise, o artigo realiza uma revisão bibliográfica sobre as raízes históricas da violência policial contra a população negra no Brasil, demonstrando como o racismo estrutural fundamenta as exclusões e desigualdades que atingem essas comunidades.

Palavras-chave: Violência policial. Movimento social. Racismo. Resistência. Instagram.

Abstract

Police violence in Brazil is a historical continuation of colonial slave repression, used to maintain social order and protect the elites while primarily oppressing the Black population. This pattern has persisted since the colonial period, through the Empire, the Republic, and the military dictatorship, consolidating a cycle of abuse and exclusion. This article analyzes the activities of the "React or Be Killed, React or Be Killed" movement, which combats these violences through Instagram by documenting abuses, organizing resistance actions, and reporting repression to international organizations. Using French tradition Discourse Analysis (DA), the study examines two posts published by the movement on March 7, 2023, and July 17, 2023, focusing on the "discursive subject" and the "unsaid." Before the analysis, the article conducts a literature review on the historical

¹ Doutora em História e Comunicação no Mundo Contemporâneo, pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Professora do curso de Comunicação Social da UESC. E-mail: vcalmeida@uesc.br

² Graduado do Curso de Comunicação Social da Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC. E-mail: pacsilva.cos@uesc.br

roots of police violence against the Black population in Brazil, demonstrating how structural racism underpins the exclusions and inequalities faced by these communities.

Keywords: Police violence. Social movement. Racism. Resistance. Instagram.

Introdução

A relação entre violência policial e racialização é um tema complexo e urgente que permeia a história e a contemporaneidade do Brasil. Desde os primórdios da colonização até os dias atuais, a população negra tem sido alvo constante de abusos e violências por parte das forças de segurança, fato que revela a profunda intersecção entre racismo estrutural e práticas policiais. Nesse contexto, a violência policial não pode ser dissociada da herança colonial escravocrata que moldou as bases da sociedade brasileira, e se perpetua ao longo dos séculos como um mecanismo de controle social e repressão da população negra.

Esse padrão de violência policial revela não apenas a ausência de políticas eficazes de proteção dos direitos humanos, mas também a persistência de estereótipos e preconceitos raciais arraigados na estrutura do Estado. Assim, a compreensão da violência policial no Brasil exige uma análise profunda da relação entre racismo, segurança pública e direitos humanos, visando uma transformação estrutural que promova a igualdade racial e a justiça social.

A partir dessa visão, o presente artigo tem dois objetivos principais. Primeiramente, analisa a atuação do movimento "Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto" na rede social Instagram, sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD) de tradição francesa, identificando dois aspectos cruciais nesse campo da linguística: o "sujeito discursivo" e o "não-dito", presentes em dois posts publicados pelo referido movimento, em 7 de março de 2023 e 17 de julho de 2023, respectivamente. Em segundo lugar, realiza um estudo bibliográfico com o propósito de refletir sobre as raízes da violência policial perpetrada contra a comunidade negra no Brasil, demonstrando como suas origens estão estruturadas na formação da sociedade brasileira, onde o racismo desempenha um papel fundamental na manutenção das exclusões e desigualdades que afetam as vidas das comunidades negras neste país.

Padrão de discriminação historicamente estabelecida

Conforme aponta Adorno (1995), a Polícia brasileira tem suas raízes no período colonial, quando sua principal função era a manutenção da ordem escravocrata e a proteção dos interesses da elite dominante. Nesse contexto, a violência policial era instrumentalizada como ferramenta de controle e repressão sobre a população negra, cuja condição de escravizada a tornava vulnerável a todo tipo de abuso. Durante o período imperial e a transição para a República, a violência policial manteve-se como um instrumento de manutenção do *status quo*, com a repressão a movimentos abolicionistas e as revoltas populares sendo frequentes. Para Fernandes (1978), a formação social brasileira foi marcada por um projeto de modernização conservadora, a partir da qual a violência policial foi utilizada como mecanismo de contenção das demandas por igualdade racial e social.

No século XX, o contexto político e social do País influenciou diretamente nas práticas policiais e na escalada da violência contra a população negra. Durante a ditadura civil-militar, a Polícia foi utilizada como um braço do Estado para reprimir movimentos de resistência e opositores políticos, com a implantação de políticas de segurança nacional que visavam neutralizar qualquer forma de dissidência. Atualmente, a violência policial no Brasil continua a afetar de forma desproporcional a população negra, o que reflete um padrão de discriminação racial enraizado nas estruturas do Estado. Para Belchior (2018), essa violência é parte de um sistema de opressão que perpetua a marginalização e o genocídio da juventude negra. E a militarização das políticas de segurança, aliada à impunidade dos agentes públicos contribui para a perpetuação desse ciclo de violência e discriminação.

Abdias do Nascimento (1978) argumenta que a violência policial não é apenas um problema de ordem pública, mas uma manifestação do racismo institucionalizado que permeia as estruturas do Estado brasileiro. Ainda conforme este autor, as forças policiais, historicamente, atuaram como instrumentos de controle social e repressão sobre a população negra, reproduzindo padrões de discriminação e marginalização. Nesse contexto, ressalta Nascimento, as violências perpetradas pelas forças de segurança contra a população negra não podem ser compreendidas isoladamente, mas como parte de um processo histórico de genocídio que visa a eliminação física e simbólica do povo negro. Para a população negra, a ascensão social não significa necessariamente a obtenção de

direitos iguais ou a eliminação do racismo, mas uma mudança nas formas pelas quais o racismo se manifesta (Santos, 1983).

Dentro do contexto do inconsciente das instituições policiais, o homem negro é quem mais morre. Como mostram os números revelados pelo Atlas da Violência 2023 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), existe uma disparidade alarmante na violência letal no que se refere aos homens negros, que são as maiores vítimas. Segundo o estudo, entre 2011 e 2021 foram registrados 49.413 homicídios que deveriam ter sido classificados como tal, mas ficaram fora das estatísticas oficiais. "Existe uma extensa fabricação da imagem do homem preto como lúdico, lúgubre e luxurioso" (Borges, 2022). Nesta descrição de Hamilton Borges:

[...]Criou-se o temor, o medo generalizado de nossa simples presença, nossa cor preta, nossos simples gestos são lidos como não humanos. O que deve ser cassado, recluso, lotando as prisões. Luxurioso: a imagem do homem reprodutor, homem fetiche que a pornografia tanto manipula. O selvagem e violento, que não ama, que não é carinhoso, a imagem do super pênis. A compensação em relação a inteligência, sagacidade e poder do homem branco. Esse pênis sempre ereto, direcionado para mulher branca sempre protegida dele, o procriador que não cuida de sua prole, que não quer e não tem responsabilidade com o cuidado de sua família (Borges, 2022. s/p).

Quando buscamos nos aprofundar nessas "temáticas", buscando melhor compreender as origens e os mecanismos desse sistema, necessitamos olhar para o pensamento social brasileiro sobre o negro. Mas antes disso é necessário analisar brevemente o que pensavam os Europeus, na era do Iluminismo.

O pensamento de Immanuel Kant, um dos filósofos mais influentes da Modernidade ocidental, teve uma profunda repercussão no desenvolvimento do pensamento ético-político dos séculos subsequentes. No entanto, é importante contextualizar sua obra e reconhecer as limitações e preconceitos presentes em suas análises, especialmente no que diz respeito às questões raciais. Uma dessas análises foi feita por Benedicto (2016), ao investigar o pensamento educacional brasileiro diante de sua matriz eurocêntrica, para quem Kant faz afirmações controversas sobre os africanos, sugerindo uma inferioridade inerente a essa população, baseando suas argumentações em estereótipos e preconceitos eurocêntricos, destacando características negativas e generalizando comportamentos com base em supostas observações sobre os povos africanos. Conforme Benedicto (2016), Kant reforça estereótipos sobre a religião e

comportamento dos africanos, sem fundamentação sólida e baseado em fontes questionáveis. Kant nunca visitou o continente africano e não teve experiências diretas com suas culturas ou povos.

No pós-abolição no Brasil, o pensamento eugenista de Gobineau encontrou terreno fértil para se desenvolver. Suas teorias influenciaram as políticas públicas e práticas policiais da época, reforçando estereótipos racistas e contribuindo para a marginalização e criminalização da população negra. O médico, psiquiatra e antropólogo brasileiro Nina Rodrigues foi um deles. Sua contribuição para o racismo no Brasil está relacionada às suas teorias sobre o determinismo racial e suas visões sobre a inferioridade dos negros e "mestiços".

As ideias de Nina Rodrigues exerceram uma influência significativa na formação da mentalidade das autoridades policiais brasileiras, especialmente no que diz respeito à abordagem e tratamento da população negra. Sua crença no determinismo racial e na suposta predisposição dos negros para comportamentos criminosos e violentos contribuiu para a justificação da violência policial contra essa comunidade. Ao descrever os negros como inerentemente propensos ao crime e à degenerescência devido à miscigenação racial, Rodrigues fornecia uma suposta base científica para as práticas discriminatórias e repressivas adotadas pelas autoridades. Essa influência pode ser observada na maneira como as autoridades policiais brasileiras historicamente trataram a população negra, especialmente nas áreas urbanas. O uso excessivo de força, a criminalização de comportamentos cotidianos e o perfilamento racial são exemplos de práticas policiais que refletem a visão racialmente tendenciosa propagada por Nina Rodrigues e outros proponentes do determinismo racial

Após a abolição da escravidão, foram implementadas diversas leis e políticas que perpetuaram a opressão racial e contribuíram para a marginalização da população negra no Brasil. Exemplo emblemático é a Lei da Vadiagem, promulgada em 1890, logo após a promulgação da Lei Áurea. A referida lei, também conhecida como "Lei da Capoeiragem", criminalizava práticas culturais afrobrasileiras, como a capoeira, associando-as à vagabundagem e à criminalidade. A Lei da Vadiagem foi uma forma de controlar e reprimir a população negra que, após a abolição, não tinha acesso ao trabalho assalariado e estava sujeita à miséria e à exclusão social.

Além da Lei da Vadiagem, outras legislações foram implementadas no Brasil pós-abolição, muitas das quais contribuíram para a continuidade da opressão racial e a

marginalização da população negra, a exemplo da Lei de Terras, de 1850, que estabelecia requisitos de posse de terras que excluía a maioria dos ex-escravizados, impedindo-os de adquirir propriedades e perpetuando sua dependência econômica.

As políticas públicas eugenistas implementadas no Brasil visavam promover a "melhoria" da raça por meio do controle da reprodução e da eliminação de características consideradas indesejáveis pela sociedade. Essas políticas eram baseadas em teorias pseudocientíficas que defendiam a superioridade de certas características físicas e mentais, muitas vezes associadas à população branca, em detrimento das consideradas inferiores, como as características associadas à população negra. Outro exemplo emblemático foi a implementação de programas de esterilização forçada, que visavam impedir que pessoas consideradas "indesejáveis" pela sociedade tivessem filhos, direcionados principalmente às populações consideradas "inferiores", como os negros, os indígenas e as pessoas com deficiência; e eram justificados como uma forma de prevenir a reprodução de características consideradas indesejáveis.

Estrutura racista intencional

No contexto atual, as questões relacionadas à raça e à violência policial emergem como temas centrais de debate e contestação social no Brasil. Essa discussão ganha relevância diante da persistência de padrões discriminatórios e de violações de direitos humanos cometidas pelo aparato estatal, especialmente contra a população negra. A trajetória histórica de opressão e marginalização da população negra no país é um legado que reverbera nas práticas policiais contemporâneas, refletindo um sistema estrutural de desigualdade racial enraizado nas instituições.

A análise crítica de Silvio Almeida (2019) evidencia a seletividade do sistema de justiça criminal, que tem como alvo principal a população negra, resultando em taxas alarmantes de encarceramento e mortes violentas. Essa realidade contradiz frontalmente a noção de um Estado democrático e igualitário, revelando as profundas raízes do racismo estrutural que permeiam as estruturas do poder público e as práticas policiais. E no que tange ao sistema de justiça, os negadores do preconceito de raça institucionalizado apontam para a não existência de leis racistas, um recurso narrativo, que foge da compreensão da estrutura que forja a ação policial, arraigada nas ideias da vadiagem, como citada nesse mesmo artigo.

Clóvis Moura (1994) sustenta que a estrutura racista no Brasil foi intencionalmente usada para manter as populações negras subordinadas e controladas. O sociólogo vê o racismo como uma ferramenta ideológica de dominação, onde a criminalização da cultura e dos corpos negros justificava a exploração econômica e social (Moura, 1994). Ele também ressalta que a desumanização dos negros foi essencial para manter a supremacia europeia e legitimar a escravidão, uma realidade que persiste até hoje em diversas formas de opressão.

Em seu livro "Dispositivos de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser", utilizando-se do conceito de dispositivo, criado por Foucault, a filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro (2023) explora a existência de um dispositivo de racialidade no Brasil. Na primeira parte do livro, "Poder, saber e subjetivação", Carneiro mostra como esse dispositivo articula poderes, saberes e modos de subjetivação para produzir formas de assujeitamento e exclusão da população negra, enquanto mantém a hegemonia branca nos espaços de poder.

O capitalismo no Brasil, construído de forma tardia, foi alicerçado nessa ideologia racista que, para se perpetuar, impõe o controle social sobre corpos negros através da violência policial e do encarceramento em massa dessa população. Moura (2014) argumenta que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro dependeu da continuidade da exploração racial, onde o Estado desempenhou um papel central em manter a ordem social através da repressão e da violência.

Nesse contexto, é fundamental destacar a desigualdade socio-racial, intimamente ligada às estruturas de poder, já mencionadas, criadas para beneficiar a elite branca. Assim, o racismo, enquanto ideologia, justifica a opressão sobre corpos negros. O genocídio e o encarceramento em massa promovidos pelo Estado capitalista servem para manter o controle social. Logo, o tal lema "Ordem e progresso", estampado na Bandeira Nacional, só seria possível sem os elementos não brancos. Por isso, a matança e a prisão em larga escala para o negro são legitimados. O capitalismo, necessitando dessa dominação, recorre à Polícia Militar, enquanto instituição capataz, com ações pouco questionadas pela população, pois a ideologia racista já estabeleceu a base para "justificar a inferioridade e extermínio" desses indivíduos.

Movimentos sociais e mídias digitais

Considerando-se as estruturas sociais, políticas e econômicas discriminatórias, que ao longo de vários séculos têm excluído e discriminado parte considerável da população brasileira, os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na luta por direitos, representação e igualdade.

Nesse contexto, destaca-se o movimento negro, que há décadas tem sido uma voz ativa na denúncia do racismo estrutural e na promoção da inclusão e justiça social. Seu surgimento ocorre como uma resposta a essa realidade vivida pela população negra, buscando reivindicar direitos e reconhecimento para essas pessoas. Marco importante na trajetória desse movimento foi a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), em 1978, uma das primeiras organizações a articular demandas específicas da população negra e a denunciar publicamente as injustiças e desigualdades raciais no país. Desde então, o movimento negro tem se fortalecido e expandido, ganhando visibilidade e influência na sociedade brasileira.

Entre as muitas pautas do movimento negro, a luta pela igualdade racial em todas as esferas da sociedade, incluindo o acesso à educação, saúde, trabalho, moradia e segurança ganha centralidade. Além disso, o movimento negro também busca promover a representatividade política e cultural da população negra, lutando contra estereótipos e preconceitos disseminados pela mídia e pela sociedade em geral. Em suma, a luta contra o racismo é uma luta pela libertação e dignidade do povo negro (Nascimento, 1980).

Sueli Carneiro, uma das vozes mais proeminentes do movimento negro brasileiro, amplifica sua análise ao destacar a interseccionalidade entre raça, gênero e classe social na luta por igualdade e justiça. Para ela, a opressão não se restringe apenas à questão racial, pois se entrelaça com outras formas de discriminação, como o sexismo e o classismo (Carneiro, 2003). Sua visão vai além da compreensão do racismo como uma questão isolada, pois busca entender como diferentes sistemas de opressão se complementam e se reforçam, perpetuando a marginalização e a exclusão de determinados grupos sociais. Essa perspectiva interseccional ressalta a importância de uma abordagem holística na análise das desigualdades sociais e na formulação de políticas públicas afirmativas.

A interconexão entre as diferentes lutas sociais fortalece os movimentos, amplia sua base de apoio e sua capacidade de mobilização. Ao reconhecer as diversas formas de

opressão e discriminação, os movimentos sociais estabelecem alianças estratégicas e solidárias, e constoem uma frente unida contra todas as formas de injustiça e exclusão.

Neste sentido, a conectividade digital proporcionada pelas redes sociais cria um novo espaço público, onde indivíduos e grupos podem se reunir, interagir e compartilhar informações instantaneamente. Esse fenômeno democratiza, ao menos em teoria, uma vez que amplia o acesso à informação e a capacidade de organização e mobilização em torno de causas sociais e políticas.

É importante destacar que as redes sociais têm o potencial tanto para amplificar vozes marginalizadas, como para disseminar desinformação e polarização (Ortellado; Ribeiro, 2018). Torna-se fundamental promover uma abordagem crítica e reflexiva em relação ao uso dessas redes para a promoção de causas políticas e sociais, garantindo a verificação de fatos e a contextualização das informações compartilhadas.

Por um lado, as redes sociais proporcionam um espaço inclusivo e acessível para indivíduos e grupos que tradicionalmente não têm voz nos meios de comunicação convencionais. Minorias étnicas, comunidades LGBTQ+, movimentos sociais e ativistas utilizam essas plataformas para compartilhar suas experiências, demandas e perspectivas, alcançando um público global e fortalecendo laços de solidariedade em torno de suas causas. No entanto, essa mesma facilidade de acesso e abertura das redes pode ser explorada de maneira prejudicial. A propagação de informações falsas, as teorias da conspiração e a desinformação podem distorcer a percepção da realidade, e contribuir para a polarização política e social. Além disso, os algoritmos das redes sociais podem criar bolhas de filtro, onde os usuários são expostos apenas a conteúdos que confirmam suas próprias opiniões, dificultando assim o diálogo e a compreensão mútua.

Para ilustrar, podemos observar casos nos quais grupos extremistas se aproveitam das redes sociais para disseminar discursos de ódio e promover ideologias violentas, valendo-se da falta de regulação e fiscalização nessas plataformas. Ao mesmo tempo, movimentos de resistência e luta por direitos, como o movimento *Black Lives Matter*, encontraram nas redes sociais um meio poderoso para mobilizar apoiadores e promover mudanças sociais significativas, ampliando sua visibilidade e alcance além das fronteiras físicas. Outro exemplo é o ativismo ambiental, com grupos e organizações utilizando as redes sociais para conscientizar sobre questões urgentes, como mudanças climáticas e desmatamento, e pressionar governos e empresas por políticas e práticas mais

sustentáveis. No entanto, também vemos a disseminação de informações incorretas sobre questões ambientais, minando os esforços de conservação e preservação.

Movimento “Reaja” no Instagram

Apesar de nesta análise haver a afirmação de que a Polícia mata e busca dizimar a população negra, e que, diante dessas ações, há poucos questionamentos por parte da sociedade, é importante ressaltar também que nesse cenário há quem não concorde com a perpetuação dessa lógica nefasta, como aqueles que participam do movimento "Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta".

Fundado em 2005 e dedicado ao enfrentamento do genocídio da população negra no Brasil, o movimento "Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta" é uma organização que surgiu como uma campanha para combater principalmente a morte de jovens negros em decorrência de abordagens policiais, particularmente pela Polícia Militar do Estado da Bahia. Esses extermínios eram frequentemente classificados como "resistência seguida de morte", uma terminologia que mascarava execuções extrajudiciais.

Desde sua fundação, o movimento tem promovido enfrentamentos diretos nas ruas através de marchas nacionais e internacionais. Em 2015, após a chacina levada a cabo pela PM-BA no bairro Cabula, onde 12 jovens foram executados, o movimento intensificou suas ações. Este evento trágico motivou o "Reaja" a reunir e documentar uma série de casos de violência policial, desaparecimentos forçados e outras violações dos direitos humanos perpetradas contra a população negra. Essas denúncias foram levadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), ressaltando o caráter sistemático e institucional do genocídio negro no Brasil.

Hamilton Borges (2021), um dos líderes do movimento e ativista negro de Salvador, explica que o "Reaja" se formou a partir da compreensão de que o genocídio do povo negro é um processo contínuo, alimentado pelo ódio racial anti-negro. Este ódio, já brevemente discutido no presente artigo, se manifesta em diversas formas de exclusão, pauperização, violência racial e morte. Com essa percepção, o movimento se organizou para enfrentar essa realidade, destacando a importância da autonomia na luta pela libertação e reontologização da história africana. O objetivo é não apenas resistir, mas

também reconduzir as vidas da população negra e ressignificar sua identidade histórica em Salvador, na Bahia, no Brasil e no mundo.

Diante da negação de direitos pelo Estado brasileiro, o movimento se reorganiza continuamente, enfrentando o ódio racial anti-negro de várias formas. Borges (2021) sublinha que a luta do movimento é pela autonomia e pelo reconhecimento da dignidade e humanidade da população negra, contestando um sistema que historicamente tem marginalizado e violentado esses corpos.

Considerando esse contexto histórico e para ampliar o seu alcance, o referido movimento utiliza as redes sociais para chamar a atenção acerca de suas denúncias e reivindicações, sendo o Instagram um deles. Desde sua criação em 2010, essa rede tem desempenhado um papel fundamental na evolução da cultura digital, pois marca uma mudança significativa na forma como interagimos, nos expressamos e consumimos conteúdo online.

Inicialmente concebida como um aplicativo simples para compartilhamento de fotos, a plataforma rapidamente se transformou em uma das redes sociais mais influentes e onipresentes da era digital. Nos anos seguintes ao seu lançamento, experimentou um crescimento exponencial quando ultrapassou a marca de milhões de usuários e se expandiu para além do compartilhamento de fotos, passando a incluir vídeos, histórias e outros recursos. A ascensão do Instagram foi alimentada não apenas pela qualidade, mas também pela crescente importância das redes sociais na vida cotidiana das pessoas.

E quando enquadramos o Instagram como espaço de comunidade e ativismo, é possível observar uma série de campanhas e mobilizações populares que surgiram na plataforma. Silveira (2015) explora as estratégias e táticas utilizadas por movimentos sociais e organizações políticas na internet, incluindo o Instagram, para promover suas agendas e mobilizar apoiadores. Ele destaca a importância do ativismo digital na ampliação do alcance e da eficácia das lutas sociais, especialmente em contextos de repressão política e restrições à liberdade de expressão.

Memória como ato político

Portanto, é nesta perspectiva de ativismo que o Movimento “Reaja” utiliza o *Instagram*, com a finalidade de fazer circular ainda mais os seus discursos de denúncia e de reivindicação. Aqui, a compreensão dos discursos e das práticas comunicacionais,

especialmente quando se trata de movimentos sociais como o que analisamos é enriquecida pela abordagem da Análise do Discurso (AD), pois a perspectiva desse campo de estudos teórico-analíticos explora como os sentidos são produzidos nos textos, considerando os contextos históricos, sociais e ideológicos em que estão inseridos. Conforme destacado por Orlandi (2012), a AD parte do princípio de que o sentido não é algo óbvio ou unívoco, mas sim construído por meio das relações de poder e das formações discursivas que moldam a sociedade.

Na AD, conforme Pêcheux (1997), é preciso considerar as condições materiais de produção do discurso, ou seja, o contexto histórico, social, político e econômico em que ele é produzido e circula. Pois o discurso não é apenas uma manifestação linguística, mas também uma prática social que reflete as relações de poder e as condições materiais em que é produzido (Orlandi, 2012).

Não existe uma distinção entre quem enuncia e quem recebe a enunciação, pois ambos os sujeitos participam ao mesmo tempo do processo de atribuição de significados. Isto porque, conforme a AD, a linguagem não é apenas um código, mas um complexo que influencia na formação das identidades e na criação de significados. De acordo com Orlandi(1994), o sujeito, a linguagem e a sociedade estão entrelaçados por meio da ideologia. E é justamente através e a partir dos discursos que podemos detectar essa relação. Ela ressalta que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia (Orlandi, 1994, p. 54). Dessa forma, para a estudiosa, linguagem e ideologia são partes constituintes do sujeito, e também do sentido.

Nesta perspectiva, iniciamos com a análise do *post* intitulado A REAJA NÃO ESQUECE! Em memória: CLODOALDO SOUZA ("NEGRO BLUL") que se refere a Clodoaldo Souza, conhecido como "Negro Blul", um *rapper* e militante negro assassinado na chacina de Nova Brasília, em Salvador, em 2006, que, baseado sobretudo na memória, carrega consigo alguns aspectos discursivos interessantes, os quais demonstraremos a seguir.

O *post* começa com "A REAJA NÃO ESQUECE!", uma afirmação que marca a memória coletiva e a resistência contínua. A utilização da palavra "memória" reforça a ³importância de recordar e honrar os militantes assassinados. Clodoaldo Souza é lembrado não apenas como vítima, mas como um símbolo de luta. A estrutura do texto é

³ Para mais informações, acesse o *post* completo no Instagram:
https://www.instagram.com/p/CpgU1IXsqJE/?utm_source=ig_web_copy_link.

imperativa e exortativa, pois convoca à ação e resistência: "REAJA OU SERÁ MORTA! REAJA OU SERÁ MORTO!". Esta forma discursiva é potente, carregando uma urgência e necessidade de ação. O enunciado "CONTRA O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO, NENHUM PASSO ATRÁS!" também reforça a ideia de que a luta é contínua e sem concessões.

O *post* foi produzido em um contexto de luta contra o racismo e a violência policial no Brasil, especialmente focado na memória. A produção do material se dá em um cenário de resistência e denúncia das contínuas práticas de genocídio contra a população negra no Brasil. No texto, o sujeito discursivo é o Movimento "Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto", que se posiciona como porta-voz da comunidade negra oprimida, denunciando a violência e convocando à resistência. De acordo com Orlandi (1999), sujeitos discursivos são aqueles que produzem e são produzidos pelo discurso. A teórica destaca que esses sujeitos não são originários, mas formados por meio de suas relações com a linguagem e a sociedade. Para Orlandi, esse sujeito discursivo está submetido à língua a partir de sua experiência de mundo, e, ao mesmo tempo, tem a determinação de dar sentido, seja a partir de um gesto ou de um movimento histórico socialmente situado; sentido que tem uma influência direta da ideologia.

No referido *post*, há vários "não ditos", como, por exemplo, o contexto histórico de violência racial. O "não-dito" é um dos conceitos fundamentais na análise do discurso, que se refere ao que está implícito no discurso, aquilo que não é explicitamente enunciado mas que permeia o sentido deste (Orlandi, 1999). Apesar de o texto mencionar a chacina de Nova Brasília, ocorrida em 2006, o "não dito" é a longa história de violência policial e racismo estrutural no Brasil. Além disso, outro não-dito, mas implicitamente contido nesse *post* é a resistência contínua. Ao afirmar "REAJA OU SERÁ MORTA! REAJA OU SERÁ MORTO!", o texto sugere uma luta contínua e necessária, deixando implícito que essa violência não é um evento isolado, mas forma parte de uma realidade persistente. Podemos observar, também, a memória como ato político, como outro não-dito, mas presente no texto. O "não-dito" desempenha um papel crucial, e pode comunicar muito mais do que argumentações explícitas. Conforme Orlandi (1999, p. 11), "esse lugar do outro enunciado, é lugar da interpretação do inconsciente e da ideologia na produção de sentidos e na co⁴nstituição dos sujeitos". Desse modo, a frase "NEGRO BLUL

4 Para mais informações, acesse o post completo no Instagram: <https://www.instagram.com/p/Cu0XE-PJFIH/?igsh=MWprZndnbXluNDlpZA==>.

PRESENTE!", não somente mantém viva a memória de Clodoaldo Souza, mas também afirma a resistência e a presença contínua de todos que lutaram e continuam lutando contra o genocídio do povo negro.

Outro *post* analisado, intitulado 17 de julho: Aniversário de BEATRIZ NASCIMENTO! O *post* faz uma homenagem a Beatriz Nascimento, e traz reflexões sobre a herança cultural e filosófica dos povos africanos no Brasil e nas Américas. O texto resgata elementos da filosofia banto e sua influência na cultura brasileira, destacando a força vital presente no modo de ser do povo brasileiro. Essa reflexão, levando em conta as condições materiais de produção do discurso, evidencia a importância do legado cultural africano na formação da identidade nacional. Os sujeitos discursivos aqui são representados pela figura de Beatriz Nascimento, que tem seus escritos citados no *post*; como também povos africanos e afro-americanos, também mencionados no texto. Esses sujeitos são construídos como agentes de resistência e transformação social, cujas práticas culturais e religiosas contribuem para a construção de uma identidade negra forte e resiliente. Há uma ênfase na resistência e na luta dos povos africanos e afro-americanos, com destaque para as suas práticas cotidianas, como formas de enfrentamento ao racismo e à exclusão social. Nesse *post* está presente também o "não dito", que pode ser identificado como a continuidade dessas lutas até os dias atuais, assim como a importância de reconhecer e valorizar essas contribuições para a sociedade brasileira e americana. Esse dispositivo aqui funciona como um elo entre o passado e o presente.

Modelos de resistência e autonomia

O texto ressalta a importância das religiões afro-brasileiras, especialmente as de origem banto e nagô, como fontes de fortalecimento e resistência para os adeptos. “[...] Assim, as religiões afro-brasileiras de origem banto ou nagô (etnia da África Ocidental) sincretizaram-se para fornecer aos seus adeptos o princípio dessa força que funciona como máquina de guerra existencial e física” (Reaja, 2023). Essas religiões são apresentadas como espaços de empoderamento e renovação da força vital, que se manifesta tanto no plano existencial quanto no físico (Sodré, 2017).

Além disso, o *post* destaca o papel dos quilombos ancestrais como modelos de resistência e autonomia para os povos africanos e afro-americanos. “[...] Marca-se, como no quilombo ancestral e por ritos iniciáticos, o fortalecimento do indivíduo como um

território que se desloca no espaço geográfico, incorporando um paradigma vivo e atuante no território americano fundado pelos seus antepassados escravos e quilombolas” (Reaja, 2023).

Nesse texto, a ocupação do espaço físico e a manifestação cultural são apresentadas como formas de subversão e afirmação identitária, que desafiam o status quo e promovem mudanças nas relações raciais e sociais. E quando falamos em quilombo, é possível perceber a relação do movimento com o quilombismo. A criação da Escola Winnie Mandela, também conhecida como “Quilombo X”, pelo movimento "Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto", é uma manifestação concreta dos princípios do quilombismo e dos ideais defendidos por figuras como Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento. Abdias do Nascimento, defende o quilombismo como uma filosofia política e social que busca a construção de espaços de autonomia e resistência para a população negra, baseados nos valores e tradições ancestrais africanas (Nascimento, 2020).

A escolha do nome Winnie Mandela para a instituição também é significativa, já que se trata de uma figura emblemática na luta contra o apartheid na África do Sul, representando a resistência e a luta por justiça e igualdade racial. Essa conexão entre o movimento brasileiro e a luta antiapartheid sul-africana ressalta a solidariedade e a unidade da diáspora negra na luta contra o racismo e a opressão. O trabalho desenvolvido pela escola, que inclui aulas de reforço, preparatórios para exames, cursos de artes e idiomas, além de debates políticos, reflete o compromisso do movimento em agir em diversas frentes para promover a transformação social e combater o racismo estrutural.

Considerações finais

Para concluir esta análise sobre a violência policial no Brasil e suas raízes históricas, é crucial entender como a herança colonial escravocrata moldou as práticas repressivas que persistem até hoje. A violência policial não é um fenômeno isolado; ela é parte de uma continuidade histórica de opressão destinada a manter a ordem social e proteger os interesses da elite, frequentemente às custas da população negra.

Historicamente, a violência policial contra a comunidade negra no Brasil tem raízes profundas que remontam ao período colonial. Desde então, a função repressiva da polícia tem sido clara: garantir a submissão da população escravizada e, posteriormente, marginalizada. Durante o período imperial e a transição para a República, a Polícia

continuou a ser utilizada para reprimir movimentos abolicionistas e revoltas populares. No século XX, essa repressão se intensificou durante a ditadura civil-militar, consolidando um padrão de violência e exclusão que persiste até os dias atuais.

O movimento "Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto" é uma resposta contemporânea a essa violência histórica, mas suas bases estão profundamente enraizadas em tradições de resistência como o quilombismo. Através de plataformas digitais como o *Instagram*, o movimento documenta e denuncia abusos policiais, organiza ações de resistência nas ruas e leva suas denúncias a organismos internacionais. Essa abordagem multifacetada não só visibiliza a luta contra o racismo e a violência policial, mas também reforça a importância da autonomia e da reontologização da história africana, princípios fundamentais do quilombismo, na construção de uma nova narrativa para a população negra.

Portanto, enfrentar a violência policial no Brasil exige uma abordagem complexa e integrada, que inclui a reavaliação crítica de nossas raízes históricas e a promoção de políticas públicas inclusivas. Apoiar movimentos sociais como "Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto" é essencial para romper com o ciclo de violência e construir um futuro mais justo e igualitário. É apenas através dessa compreensão profunda e do engajamento ativo de toda a sociedade que poderemos honrar as tradições de resistência e alcançar a justiça para a população negra.

Referências

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 10, n. 2, p.299-342, jul./dez. 1995.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Sílvio Luiz de Almeida. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENEDICTO, Ricardo Matheus. **Afrocentricidade, educação e poder**: uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

BORGES, Hamilton. **Círculo de Homens Pretos**: Entre o Ódio aos Pretos e o Amor Entre Nós. Medium, 2022. Disponível em: <https://hamiltonborgesescritor.medium.com/c%C3%ADrculo-de-homens-pretos-f2015d584549>. Acesso em: 02 jul. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, 2003.

CARNEIRO Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 2 - No limiar de uma nova era. São Paulo: Ática, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

Quilombismo. Documentos de uma militância pan-africanista. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Atlas da violência estima que mais de 49 mil homicídios deixaram de ser devidamente classificados entre 2011 a 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14392-atlas-da-violencia-estima-que-mais-de-49-mil-homicidios-deixaram-de-ser-devidamente-classificados-entre-2011-a-2021>. Acesso em: 27/05/2024.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em aberto**, Brasília,

Ano 14, n. 61, 1994. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2250/1989>. Acesso em: 25/05/2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

RIBEIRO, Márcio Moretto e ORTELLADO, Pablo. O que são e como lidar com as notícias falsas. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, 2018.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro** ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro, 1983.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2013.